SOBRE O CONSERVADORISMO E FASCISMO: ALGUMAS QUESTÕES PRELIMINARES

Diego Dantas[1]

Resumo

Este ensaio faz uma revisão teórica sobre o ideário conservador e apontamentos sobre o fascismo referenciado em Marx e Engels, Lukács, Escorsin Netto e Chasin, dentre outros. Coloca em perspectiva histórica a emergência e o entranhamento do conservadorismo examinando no terreno das relações sociais o alcance, a profundidade e as suas possibilidades na cultura do país. Constata que o conservadorismo praticamente nasce e se desenvolve com o próprio Brasil, e que embora não tenha faltado o desejo, o flerte e, talvez, até a oportunidade concreta de surgimento de um aparato fascista de fato, isso não ocorreu, ao menos não até agora.

Palavras-chave
fascismo; conservadorismo; ideologia.

Abstract

This essay makes a theoretical review on the conservative ideas and notes on fascism referenced in Marx and Engels, Lukács, Escorsin Netto and Chasin, among others. It puts the emergence and entrenchment of conservatism in his-

torical perspective, examining in the field of social relations the scope, depth and its possibilities in the country's culture. Notes that conservatism is practically born and develops with Brazil itself, and that although the desire, the flirtation and, perhaps, even the concrete opportunity for the emergence of a fascist apparatus in fact has not been lacking, this has not occurred, at least not until now.

Keywords

education; conservatism; ideology.

À guisa da Introdução

Neste artigo, buscamos aprofundar o entendimento sobre as motivações da atual fase conservadora da nossa história e o seu flerte acintoso com o extremismo de direita de características fascistas. A importância que atribuímos a essa busca não teria a dimensão elevada de agora se a guinada conservadora extremista a partir da segunda metade da última década do século XX não viesse ganhando espaço em determinados setores da sociedade brasileira. Este ensaiou visou, assim, agregar elementos históricos e sociológicos à fundamentação deste trabalho de pesquisa, de modo que o exame das relações sociais que estruturam a disputa ideológica no interior da cultura educacional brasileira encontre lastro material e confiabilidade. Todavia, em não se tratando de uma pesquisa específica nas disciplinas adjuntas da história e das ciências sociais, respectivamente, tampouco numa disciplina do amplo arco da filosofia, gostaríamos de insistir no esclarecimento que a nossa procura aqui se volta para os possíveis recursos que tais disciplinas podem nos oferecer, para a compreensão do que seja o conservadorismo e o fascismo como questões culturais.

Nossa proposta, portanto, é entrar numa breve digressão visando dar um arcabouço teórico ao que se entende por conservadorismo e suas correntes, na segunda seção, olhar o fascismo como conceito e seu percurso histórico como fenômeno mundial, para depois, na última seção, olharmos a sua 'latência' na experiência brasileira e as implicações ou não do que poderíamos chamar de

conservadorismo, e a influência do fenômeno fascista aqui, no âmbito cultural, da política e da sociedade brasileira.

Do pensamento conservador em geral

No terreno filosófico, embora entendamos o ser social como um ser histórico, e, portanto, não é um ser acabado, determinado, também, é preciso ponderar que autores diversos dizem ser imanente neste ser social algum aspecto de *conservação* como imperativo da experiência na formação do homem[2]. Da conservação como necessidade essencial para fins de criação aleatória de *instrumentos ocasionais* de trabalho[3], entendido aqui como a concepção de Lukács da Ontologia, o "metabolismo entre o homem e a natureza", até o surgimento de uma cultura constituída de *instrumentos padronizados* "em meio à grande massa, à miscelânea dos instrumentos ocasionais de formas extraordinariamente variadas do paleolítico inferior" (CHILDE *apud* FISCHER, 1983, p. 27) a prática de conservar algo segue um ritual de repetição, quer alimentada e sustentada por crenças que, no decorrer do tempo, formam uma tradição que se cristaliza na experiência a partir de ideias e impressões cada vez mais fortes, quer constituem as mais variadas instituições e normatividades[4]. Visto por esse ângulo, observamos que na cultura criada e acumulada pelos indivíduos permanece latente a tendência natural de conservar coisas, ideias, experiências. É do ser social conservar algo que os indivíduos dominam, que eles já sabem fazer funcionar e já conhecem desde o nascimento assimilado pela tradição familiar, e/ou adquirido socialmente mediante a educação escolar. Em suma, não seria uma inverdade nem exagerado afirmar que em alguma medida somos conservadores, o que explica porque os inúmeros reveses das tentativas históricas de subverter determinada

[2]Cabe recordar que durante cerca de 250 mil anos, no período paleolítico, os hominídeos eram coletores, valendo-se da mimetização para adaptarem os objetos coletados às necessidades decorrentes do trabalho (caça, pesca, guerra, coleta etc.). Sobre isso ver LUKÁCS, G. 1967. Estética, vol. 2

[3] Inúmeras, são as passagens que Lukács, cita o trabalho como fundante do ser social, como modelo ontológico, que para além das argumentações e citações, o registro aqui, com toda a sorte possível, passaria tranquilamente de uma página. Citamos aqui, apenas a referência (LUKÁCS, 2013, p. 79).

[4]A evidência cultural disso está nas instituições e nas formas de governo onde subjazem a crença, o costume, a tradição.

realidade e tradição, dado que, conforme concluímos em um texto antigo com base em Lukács, "o resultado das revoluções ou em construir um *novo homem* sempre esbarrou em alguma medida na tradição" (AUTOR, 2014).

Entretanto a ideia latente de conservação no ser social não está isenta de contradições internas, como atesta a filosofia idealista alemã da segunda metade do século XVIII. Isto porque, como avaliavam os seus principais representantes, a existência de um conflito extremo entre a ordem natural das coisas e o padrão de acumulação e de racionalidade fundado na aceleração e na mecanização do mundo burguês imposto pela revolução industrial, conformava algo a que se preocupar seriamente. De fato, Kant, por exemplo, já havia observado que o efeito produzido pelo novo padrão havia colocado a humanidade refém de um insuperável problema moral transcendental, no qual razão e sentimento não poderiam dar conta do *novo mundo* daí emergente conquanto a universalidade do *imperativo categórico* se encontraria numa situação fragmentária como a descrita, portanto, à beira da ruína[5].

Com efeito, num raro breve texto em forma de nota publicada originariamente em 1922, Lukács (2010) chama a atenção para o fato de que enquanto classe dirigente a burguesia instrumentaliza toda a filosofia e todas as ciências para negar a história como a razão da transformação e da revolução. Isto é, a mesma razão que possibilitou a ela enquanto classe remover, no século XVIII, os últimos entraves do feudalismo e do Antigo Regime absolutista. Conforme o estudo de Hanna Arendt (1988) sobre as revoluções burguesas no ocidente, estas tiveram em comum ao seu término a negação da história da parte da classe vitoriosa. Dando por concluído o seu papel de classe no processo transformador, a burguesia passou a conceber o fim da história como um fato consumado, passando tal visão de mundo a constituir e portar um estatuto conservador *para si*. Contudo, o conservadorismo não detém uma visão unívoca no meio burguês, posto que se compõe de variadas correntes[6], as quais se enfrentam internamente.

[5]Na França, o terror que se seguiu à Revolução de 1789 em meio a uma sociedade que agonizava sinalizava, à época, a importância de se recuperar o bom senso antes de tudo. Sobre esse assunto ver também, dentre outros, SCHILLER (2014),

[6]Corrente ideológica, o que não significa que seja uma ideologia em uníssono, sem dissenso. Há disputas entre desde o conservadorismo "puro", filiado ao conservadorismo clássico, com os liberais-conservadores, que são liberais na liberdade econômica e conservadores nos costumes, e ainda com o ultraconservadorismo, que possui filiação às raízes na tradição da religião e da família e no nacionalismo exacerbado ou chauvinismo e que por vezes está associado a extrema direita.

No livro de Leila Escorsim Netto, Carlos Nelson Coutinho assina o prefácio para explicar que

> O pensamento conservador moderno [...] apresenta inúmeras e polimórficas faces. Manifestou-se de modo explícito, por exemplo, em pensadores como os franceses De Maistre e De Bonald, defensores do *Ancien Régime* e do direito divino dos monarcas; neste caso, tratava-se de um conservadorismo que poderíamos definir abertamente como abertamente reacionário. Esta modalidade do pensamento conservador não é a dominante hoje, ainda que continue a ter solitários e quixotescos defensores. (COUTINHO, 2013, p. 59).

De fato, do conservadorismo clássico ao liberal-conservadorismo, passando pelo conservadorismo nos costumes e o ultraconservadorismo, este último em regra enraizado na tradição religiosa, da família e no chauvinismo, as disputas internas se sucedem, obrigando que de tempos em tempos busquem fazer um ajuste teleológico a fim de evitar a ruína do sistema (LUKÁCS, 2010). Assim, do ponto de visto histórico, o conservadorismo pressupõe em última instância na consciência e na razão dos seus defensores a negação da história, principalmente naquilo que ela tem de modernidade. Para Leila Escorsim Netto

> [A modernidade], com seus traços mais determinantes, como o racionalismo, autonomia individual, humanismo, historicismo, e suas características mais marcantes – secularização, dessacralização do mundo, valorização da experiência controlável e universalizante-, não só expressa os aspectos ideais do mundo que vem a ser construído pela burguesia revolucionária. Expressa as condições sem as quais as próprias mutações técnico-produtivas seriam inviáveis, uma vez que o desenvolvimento científico, sem o qual é impensável o fenômeno industrializante, é resultado direto daquela cultura, que rompe com as verdades transmitidas pela tradição, com a dominância dos critérios religiosos para a condução da vida prática etc. sem as implicações desta cultura da modernidade – por exemplo, a constituição de um espaço pú-

> blico (com a refuncionalização da família e do papel social da mulher); o privilégio da calculabilidade (com o desenvolvimento das técnicas de manipulação e formalização impessoais) -, a industrialização e a urbanização seriam inconcebíveis (2013, p. 626).

Retomando o sentido da preocupação kantiana, não seria exagero considerar que, em meio as profundas transformações em curso na época, ela sinaliza algo que seria estudado seguidamente a partir do século XIX: a *alienação* e o *estranhamento de si* do homem moderno. Do mesmo modo podemos pensar que as observações dos filósofos alemães idealistas sobre as contradições de que se reveste a conservação e a tradição, nos levam a buscar o momento determinante em que a perspectiva histórica da conservação e da tradição se descola e se autonomiza em uma visão de mundo como *ideologia*.

Ora, a despeito do ceticismo presente no pensamento dos filósofos alemães contemporâneos do marco inaugural da Revolução Francesa, no restante da Europa, em especial na Inglaterra, a disputa pela hegemonia do pensamento conservador seguia em frente buscando, sobretudo, fazer prevalecer uma crítica à visão de mundo exposta pelas frações burguesas interessadas em destituir o sentido da tradição e a experiência do passado. Dessa forma, coube a Edmund Burke expressar com mais contundência a crítica à ideologia que permeou a Revolução e seus valores de modernidade. Mas apesar da contundência conservadora da crítica de Burke visar o caminho político, dos costumes, morais e religiosos tomado pela burguesia revolucionária, ela igualmente compartilharia do ideário liberal burguês na economia. Segundo Escorsim Netto

> Burke quer a continuidade do desenvolvimento econômico capitalista sem a ruptura com as instituições sociais pré-capitalistas (o privilégio da família, as corporações, o protagonismo público-temporal da Igreja, a hierarquia social cristalizada). E considera que a Revolução é excrescência desnecessária que efetiva esta ruptura. Sinteticamente, poder-se-ia afirmar que Burke deseja o capitalismo sem a modernidade. (2013, p. 644)

E ainda sobre o período em que a sociedade burguesa "assiste ao surgimento do pensamento conservador diz Escorsim Netto que

> [...] não é por acaso que a obra fundante do conservadorismo seja a de Burke, resposta imediata e de enorme impacto à Revolução Francesa. [...] o que Burke repudia vigorosamente não é o desenvolvimento capitalista como tal, mas: 1º a forma da ação política e 2º a destruição de instituições sociais consagradas pela tradição. A forma da ação política repudiada por Burke é a da revolução burguesa que mobiliza massas. A instauração de novas instituições segundo uma racionalidade anti tradicionalista é rechaçada por Burke. (Idem, id)

A partir de 1848, quando a revolução já dava indícios de estar perdendo a sua pulsão inicial, o télos que a havia orientado inicialmente passaria por uma metamorfose, por assim dizer uma refuncionalização dos seus objetivos primários, seja como forma de reação ao avanço do proletariado seja para frear as forças que buscavam restaurar a ordem antiga. Sob qualquer ponto de vista, ainda que por um lado a burguesia revolucionária estivesse combatendo aqueles que defendiam a restauração, se tratava de um esforço conservador que ao longo do tempo foi cada vez mais tomando forma na história como uma atitude reflexa de um pensamento reacionário. É importante insistir, nesse sentido, que a visão de mundo conservadora tem servido histórica e filosoficamente como marco para a definição do arcabouço ideológico da direita em todo e qualquer parte do espectro político que ela se manifeste[7].

Ao longo de toda a história, o pensamento conservador considerou qualquer transformação como um *ponto de chegada natural*, ou seja, como resultado de um acúmulo de experiências que produziram um salto qualitativo. Desse modo, jamais admitiram a possibilidade de a razão humana visasse por iniciativa própria a transmutação da realidade. O conservadorismo sempre tenta parar a roda da história: nega a luta de classes ou se a aceita, usa de meios de controles sociais e de meios políticos para frear, mitigar as mudanças que sabem ser irreversíveis pelo avanço natural das ciências, da técnica e da tecnologia e, por conseguinte, dos valores da sociedade, cuja modernidade vai lhe arrancando mesmo que de forma relativa àquelas condições de mandonismo, patriarcalismo, vassalagem, e hierarquização da sociedade. Por isso, a preocupação com a ordem do Estado e da sociedade e na tradição da família de modo a não proporcionar uma anarquia

[7]Em suma o conservadorismo se constitui no espectro político como sendo extrema direita, podendo ou não ser fascista; direita moderada e/ou liberal e/ou direita religiosa.

na sua falta, e nem um regime tirânico caso falhe os meios de controle interno. Para os conservadores moderados, a defesa da propriedade, da tradição, da família e da ordem Estatal é o suficiente para se contrapor a anarquia a qualquer regime despótico ou tirânico. Para eles

> [...] o termo conservadorismo designa ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras. [...] na relação que se estabelece entre progressismo e conservadorismo, este é sempre apresentado como negação, mais ou menos, acentuada, daquele; aparece como tal mostrando assim seu caráter alternativo; existe só porque existe uma posição progressista. Daí a conhecida tendência dos conservadores a não sistematizar o próprio pensamento que, sendo alternativo, nunca poderá ser concluído e fixado de uma vez para sempre; tem de acompanhar de perto a natureza dinâmica e a contínua tendência expansiva do progressismo. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010, p. 242).

Admitindo com Coutinho que o pensamento de Edmund Burke seja o marco inicial do conservadorismo liberal (2013, p. 57), e que a sua projeção alcança hegemonicamente a nossa atualidade, estaríamos diante de uma ideia que, em síntese, suportaria conviver com possíveis reformas sociais sem, contudo, convulsionar a estrutura das relações de produção. Liberdade com ordem, evitando-se assim a ideia de um retorno ao estado natural de entropia capaz de ameaçar a essência do modo de produção capitalista, a propriedade privada. Filósofos liberais, de Locke a Adam Smith, fundamentaram a questão da liberdade como um direito natural e político da "natureza humana", e, para tanto, a manutenção de um sistema constituinte, garantidor e provedor da ordem e da estabilidade a fim de proteger a propriedade, era defendido como central. A esse propósito Burke observaria muito adequadamente que

> Devo, por conseguinte, suspender os meus parabéns à nova liberdade da França até ser informado desta relação dessa liberdade com o governo, com a força pública, com a disciplina e

> obediência dos exércitos, com a cobrança de uma receita eficaz e bem distribuída, com a moral e a religião, com a solidez da propriedade, com a paz e a ordem, com os costumes. Todas estas coisas (à sua maneira) são boas também, e sem elas a liberdade sequer é um benefício, e provavelmente não durará muito tempo. (BURKE, 2017, p. 34).

A liberdade dos indivíduos conquanto não seja à margem do Estado, coloca uma preocupação comum entre proeminentes defensores do conservadorismo liberal como Burke e, na França, dentre outros, Benjamin Constant: a questão da ordem. Para o intelectual e político franco-suíço Benjamin Constant, contemporâneo da Revolução Francesa e participante da Assembleia Nacional, a compreensão da importância da ordem e da autoridade política deve estar associada ao esforço de reconstrução:

> Dois movimentos são naturais para qualquer nação que derruba instituições julgadas opressoras e viciadas. O primeiro é o de querer ver tudo destruído e erigido de novo; o segundo, de demonstrar severidade implacável contra aqueles que lucraram com os vícios das instituições anteriores. Esses dois movimentos são precisamente os que tornam as revoluções horrendas, os que fazem as pessoas ultrapassarem suas necessidades, prolongam duração dos levantes e põem em risco seu sucesso. Os homens ilustrados devem se esforçar para barrá-los e suspendê-los. (CONSTANT, 2007, p. 668)

Sabe-se que na experiência política, materializada em ações concretas, o pensamento e as ideias normalmente se descolam da prática. Na França revolucionada, quando, em 1848, o proletariado e as classes populares passaram a confrontar a ordem burguesa, esta fez valer o seu espírito de conservação reagindo violentamente, pois, se tratava de manter íntegro o seu modo de produção fundado na propriedade privada e no controle político-ideológico das relações sociais. Em 1851, sem qualquer constrangimento, a mesma burguesia admitiria o golpe conhecido como o *Dezoito de Brumário*, tendo à frente Luís Bonaparte. Dado inicialmente com o pretexto de garantir a ordem esmagando por completo o movimento do proletariado e das classes populares, o golpe visava ulterior-

mente esfacelar o Partido da Ordem formado pela aliança entre monarquistas e burgueses e, ao fim e ao cabo, restaurar o Império Francês pondo fim a Segunda República[8]. Apesar de o golpe ter evidenciado a contradição entre a teoria conservadora liberal – sobretudo em relação ao preceito da *ordem* – e a prática política, mais valeu a interpretação de que se tratava de uma mudança no télos burguês, uma alternativa para reacomodar o sistema.

Do fascismo em geral

Perto de concluir os escritos da volumosa ontologia do ser social, Lukács (1968) retoma o tema da violência no interior da problemática do estranhamento, algo que antes o havia ocupado por quase sete anos no seu estudo sobre o irracionalismo. Dado que nos interessa refletir sobre a ideologia entranhada na violência e no irracionalismo, buscaremos extrair daí algumas questões que possam jogar um pouco de luz sobre a atualidade de ambos na sociedade brasileira, tal como antecipamos na seção anterior.

Logo na introdução de *El asalto a la razón* (1968), escrito entre 1952 e 1959, com uma ironia que lhe é peculiar, o filósofo húngaro alerta o leitor que o seu estudo "de modo algum pretende ser uma história da filosofia reacionária", todavia destaca que desde a sua aparição e expansão, o irracionalismo foi convertido na "corrente dominante da filosofia burguesa reacionária" (1968, p. 3). Já no início do estudo da ontologia, Lukács lembra da inexistência de uma sociedade que tenha se desenvolvido economicamente para o capitalismo de forma *pura*, isto é, sem violência. Desse modo, comentando um trecho de *O capital* no qual Marx analisa o vínculo "ontologicamente irrevogável de economia e violência sob o capitalismo", Lukács assevera que

> A verdade ontológica pela qual, no âmbito do ser social, a necessidade nunca é espontânea e automática como na natureza, mas se impõe com a sanção ontológica *sob pena de ruína* como motor das decisões teleológicas humanas, se manifesta de dois modos: em primeiro lugar, a necessidade puramente econômica funcionando normalmente numa economia capitalista se apre-

[8] Sobre o assunto ver MARX (2006).

> senta como *coerção muda* à qual o trabalhador pode ficar entregue *para o curso usual das coisas*; em segundo lugar, o uso da *violência imediata*, extraeconômica, não é contestado de modo absoluto nem mesmo por uma situação normal, mas entra em cogitação apenas como *exceção* (2013, pp. 750-75. Grifos nosso).

A partir dessas considerações iniciais, Lukács irá explorar nos pensamentos de Marx, Engels e Lenin, as múltiplas determinações desse nexo participante da base objetiva do estranhamento. Reclama, com razão, da propaganda burguesa que deliberadamente busca misturar sob a mesma expressão *totalitarista* o fascismo e o comunismo como portadores do mesmo "parentesco tanto social como espiritual" (Idem, p. 789). Em contraposição àquela propaganda, o filósofo húngaro recorda que no seu já citado *El asalto a la razón*, havia mostrado que concepções fascistas "constituem o produto gradativamente amadurecido de um desenvolvimento socioideológico reacionário secular", acrescentando que, no processo de desenvolvimento capitalista, a unificação da "tendência conservadora de todos os momentos retrógrados da sociedade" ocorre de forma subterrânea (Idem, id).

Como já visto, o marco do pensamento conservador na modernidade se institui a partir de meados do século XVIII se aprofundando desde então quando as lutas de classe que tomaram forma em fins daquele século e se ampliaram para além das fronteiras nacionais na Europa no século XIX. Nelas ficaram escancaradas o caráter reativo da burguesia em geral, esmagando violentamente o proletariado e as classes populares insurgentes quando estes, em 1871, depois de anos de luta, ficaram reconhecidos como força política radical e revolucionária ascendente no cenário mundial. Nesse contexto forma-se no espectro político europeu uma direita radical e seu oposto, a esquerda revolucionária. Enquanto a primeira agia como um movimento contrarrevolucionário tolerado pelo Estado burguês, a esquerda trazia a perspectiva de conquistar o Estado e implantar uma república socialista. Na Rússia czarista, depois de uma tentativa malograda, em 1905, a esquerda obtém êxito na Revolução de Outubro 1917 em meio ao quadro da Primeira Grande Guerra (1914 -1919).

Com o fim desta última, a primeira fase imperialista do capitalismo passa por um processo de metamorfose teleológica, de onde começa a surgir visões chauvinistas mitificando a pátria como simulacro de identidade nacional. O mito da pátria foi principalmente utilizado como um guarda-chuva para os países que

haviam se reunificado como nação recentemente, como foram os casos da Itália e da Alemanha. Serviria ainda para resguardar especificamente a Alemanha que havia perdido a guerra e fora humilhada pelas nações vencedoras com a perda de extensos territórios, a redução do seu corpo militar na ativa e o pagamento de 6 bilhões de marcos a título de indenização. As sanções impostas à Alemanha pelo Tratado de Versalhes acabariam criando um clima nacional de muita tensão, desintegração social e instabilidade política na República de Weimar.

Com efeito, o quadro de desemprego, de greves, de agitações e de quebra-quebra no comércio que se seguiu por cerca de duas décadas alimentou o ânimo exacerbado de militantes à direita e à esquerda. A exemplo do que ocorria na Alemanha, em 1920, onde o Partido Nacional Socialista (Nazista) havia sido criado juntamente com uma violenta milícia paramilitar conhecida pelos seus uniformes pardos, na Itália em 1922, sob a liderança de Benito Mussolini (*Il Duce*) à frente do Partido Nacional Fascista, caminha à Roma com milhares de violentos milicianos conhecidos como *camisas pretas* tomando o poder. Durante as décadas de 1920 e 1930, o fascismo e o nazismo ganharam espaço como força política com a tolerância dos conservadores, com a adesão de grande parte da burguesia e, fundamentalmente, da classe média, e dos muitos equívocos de avaliação da esquerda. A título de exemplo, em 1935, a anexação do território da Áustria pela Alemanha teve total condescendência da comunidade internacional. Prova o descrédito e o ceticismo vulgar por parte do mundo do que viria a se transformar em um dos impérios mais fortes e cruéis da história da humanidade e do século XX[9]. Sobre esse assunto, Bray (2017, pp. 7-10), relaciona e atualiza cinco lições para o combate antifascista:

> 1) não reconhecer os riscos de "uma ideologia que rejeita os termos do debate racional"; 2) não reconhecer que "as instituições republicanas não são barreira ao fascismo"; 3) desconhecer que "não se pode reduzir o fascismo como o último recurso do capitalismo"; 4) reconhecer que o "fascismo sempre alçou ao poder pelas vias legais"; 5) reconhecer que "grupos supremacistas brancos infiltrados na polícia americana são propensos às ideias fascistas".

[9]Ver também KONDER (2009, p. 53) e THALHEIMER (2009).

Como fenômeno político que visa a tomada do poder do Estado, o fascismo constitui uma ideologia porque seu irracionalismo balizado por mitos os quais pretendem que sejam universais, e também porque o seu modo de ação, fundado num pragmatismo radical, busca ir às últimas consequências na conquista dos seus intentos, quer mediante a manipulação propagandística das massas quer mediante a violência de fato. Para Leandro Konder

> O fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara "modernizadora", guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionalistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, anti-operário. (KONDER, 2009, p. 53)

Como toda ideologia e consequente movimento político conservador, historicamente o fascismo encontrou na estrutura do sistema capitalista os recursos financeiros para se tornar uma força capaz de assegurar o caráter monopolista de Estado e dos seus patrocinadores nacionais, em detrimento dos entraves concorrenciais determinantes do capitalismo de corte liberal. Apesar disso ou por causa disso mesmo, Boito Jr. (2019) diz que o fascismo necessita estar junto às massas populares que lhe darão sustentação ideológica e, em regra, paramilitar. Ao lutar pela sua ascensão política num regime democrático, o fascismo enquanto movimento tem em vista na sua estratégia dar uma guinada para conformar o regime numa ditadura. O que permite toda esta conjuntura deve-se a algumas características peculiares que Mark Bray relaciona em um conhecido ensaio sobre a singularidade do fascismo:

> É constituído de classes antagônicas (capitalistas burgueses e tradicionais proprietários de terra); diluí o conceito de social no nacional; a ideologia fascista reduz todas os problemas a uma questão nacional, da pátria; o apelo populista às massas forma-

> da indistintamente por setores médios da sociedade, a pequena burguesia, e a classe trabalhadora, contando com o apoio das elites (2017, p. 7).

Pergunta-se ainda hoje como um movimento que surge inicialmente amorfo, algo como uma horda de desocupados arruaceiros conseguiu tomar o poder na Alemanha e na Itália mantendo-o por cerca de duas décadas. Para Lukács (2013), o caldo de tensão resultante das transformações operadas numa economia industrialista e na circulação rápida e permanente da mercadoria, incluindo nisso o trabalho humano, teria colocado em xeque as identidades nacionais, impondo aos Estados de sociedades mais conservadoras, consequentemente, diretrizes de mudanças tão radicais ao ponto de gerar um fatalismo e um determinismo irreversível. Nesse sentido, sendo o *estranhamento* uma tensão entre o subjetivo e o objetivo tendo como fundo a experiência individual face ao econômico e o social, ele pode ser superado individualmente, como "*momento*", mas, somente em definitivo com a abolição do valor, da propriedade privada e do capitalismo. Decorre daí que a propósito da ideologia nazifascista, Lukács diria ser uma "deformação moral da particularidade" (Idem, id), decorrente de um fenômeno insólito relativo à "generidade pular por cima da particularidade". Isto é, a contaminação subliminar do inconsciente por crenças místicas a respeito de determinada conjuntura econômica, social e política. No caso da Alemanha e da Itália, dois países capitalistas na Europa em meio à crise estrutural da economia capitalista de 1929, evidenciando o colapso das políticas econômicas liberais, e, ameaçadas pela constituição da URSS após 1917, suas lideranças populistas apelavam para o chauvinismo e a xenofobia como forma de instauração de um Estado provedor. Para além desses aspectos estruturais, Lukács observa que na busca de afirmação de poder, suas lideranças haviam percebido o caráter receptivo das massas para com os efeitos da propaganda (2013, p. 798) quanto ao fato de que tudo poderia ser vendido ao público como *verdade* pela propaganda desde que, repetido muitas vezes assertivamente[10]. Era apenas fazê-lo de modo correto, uma questão de método. Pois, na era da mercadoria, do *valor*, a moral, a ética, a cultura, a ideologia, enfim tudo havia se tornado passível de ser propagandeado, fosse um sabonete ou qualquer outra coisa. Inovando em relação às forças políticas

[10]Durante a primeira década do seu surgimento, a propaganda fascista inculcaria em milhões de pessoas a ideia de que seus respectivos partidos, na Alemanha e na Itália atendiam às massas trabalhadoras.

tradicionais, os fascistas logo perceberam que a propaganda de massa poderia servir tanto à venda de mercadorias como valores culturais. Os fascistas fizeram uso seguidamente do rádio, de carros com alto falantes, de jornais, panfletos, pichações, cartazes e faixas em locais de grande concentração e passagem de gente fazia eco às suas mensagens. E os temas eram diversos: apologia ao fascismo e a um messias redentor, um mito na forma de chefe nacionalista; ataques indistintos aos inimigos da pátria à esquerda – socialdemocratas e comunistas – e à direita, basicamente os liberais; proselitismo de uma *raça pura* acompanhavam palavras de ordem antissemitas, ciganos e negros.

Origem e entranhamento do conservadorismo no Brasil. Algumas possibilidades para a latência do fascismo entre nós

Um olhar ainda que superficial sobre a história do Brasil nos mostra um país constituído sobre bases extremamente conservadoras. Mesmo considerando os saltos qualitativos da Independência, da República e da Revolução de 1930, a permanência de valores e práticas conservadoras das elites brasileiras impede que o país acerte as contas com seu passado. Das diferentes fases da colonização, passando pelos curtos períodos monárquicos – tanto como Colônia, assim como Império independente – até os 132 anos de República a serem completados este ano, o Brasil conserva ainda hoje tradições patrimonialistas, herança da escravidão, autoritarismo, hierarquização e exclusão social. Não fosse isso tudo o bastante, o conservadorismo brasileiro revela ainda traços reacionários que nos remetem de tempos em tempos a práticas de grandes, médias e pequenas mazelas anticivilizatórias, quando não a barbárie. Tendo por objetivo entender como o conservadorismo se tornou hegemônico no pensamento e na prática das elites brasileiras, e encontrou, nos parece, acolhimento nas classes médias e em segmentos das classes populares, dedicaremos esta seção à revisão de alguns postulados históricos.

Ocupado intensivamente pelos portugueses a partir de meados do século XVI, o Brasil se estruturou e manteve por três séculos seguidos uma miscelânea de práticas coloniais, como a escravatura, e práticas econômicas mercantilistas aplicadas por Portugal. Reproduzidos pela elite burguesa que aqui se instalou visando o enriquecimento da Corte e de si própria, os valores e as crenças tradicionais na península ibérica como o mandonismo, o patriarcalismo, a hierar-

quização, o desprezo pelo trabalho, a subserviência brutal, a corrupção, o patrimonialismo e o culto a redentores de ocasião, trazidos para cá, moldaram os indivíduos livres em diferentes posições na escala social. Também a violência foi, desde sempre, um elemento seminal na constituição elementar da sociedade brasileira, não apenas contra o escravo, mas, também, contra a mulher, contra a criança, contra o pobre.

Para Reis

> Una violencia que sirvió para que él marcase socialmente su propiedad, ya sea la de un esclavo, un animal de carga, la tierra y todo o más que él pudiese explotar para su propio enriquecimiento. La violencia del opresor ibérico también sirvió como distinción de poder, sobreponiendo el ocio de los que mandaban al trabajo de los que obedecían. Sirvió incluso para demostrar el desprecio personal que el opresor sentía por todo aquello que él discriminaba y brutalizaba, el nativo pobre, el negro pobre, el blanco pobre (2014, p. 265).

A inseminação permanente da violência na vida do país, acabaria sendo naturalizada e reproduzida em todos os extratos sociais desde as elites às camadas mais pobres e mesmo entre os negros escravizados mediante a adoção de um misto de perversidade covarde, astúcia e esperteza. De fato,

> De acuerdo con Schwarz (2012), al agregar la figura del aparcero para que este gerenciara el trabajo esclavo o semi-esclavo en sus tierras, el propietario introducía el *favor* como un poderoso mecanismo de mediación de clase. Siendo aquel que tiene el dominio útil de la propiedad (incluyendo a los esclavos), pero no siendo él mismo un propietario, el aparcero se valía del *favor* del propietario de hecho para ser incluido socialmente (Filho; Neder, 1978: 189-227). Al avanzar este proceso de mediación el *favor* serviría incluso para dividir a los esclavos, delegando a los más fuertes y violentos la tarea vil de *capitán de la selva*, para capturar y castigar a otros tantos esclavos fugitivos. La naturaleza de estos artificios mediadores ponía en evidencia el objetivo de la clase propietaria de inculcar en el oprimido la idea de que la

> violencia contra otro oprimido estaba asociada al beneficio de su inclusión social. Con el pasar del tiempo, aparceros, *capitanes de la selva* y cualquier otro oprimido mínimamente beneficiado con la perspectiva de escapar de la miseria física y de la barbarie anti-civilizatoria a que estaban condenados, asimilarían esto como fruto de una cualidad personal propia. Esto es, como una *astucia* por él desarrollada con la finalidad de ser favorecido en sus relaciones personales. Asimilada, por lo tanto, como un artificio o cualidad individual para mitigar la violencia, la *astucia mediadora* contribuiría a que la alienación de la violencia se introdujese, definitivamente, en el tejido social de Brasil con meticulosa perversión (REIS, 2014, p. 266).

A seguir, Reis (2014) destaca o caráter estrutural desse relacionamento esclarecendo que do ponto de vista do foreiro e do capitão do mato, o *favor* subjacente na transação assumia a forma de *valor*, sendo que na cadeia hierárquica decrescente normatizada no Brasil, esse *valor* favorecia os escravos e trabalhadores mais fortes ou mais habilidosos para a prática da violência[11]. Adiante será necessário retomar a problemática da violência no seio do conservadorismo. Por ora seguimos adiante destacando aqueles pontos que, segundo a nossa compreensão, melhor caracterizam o entranhamento do conservadorismo entre nós.

Acentuando com maior força o patrimonialismo lusitano visando o férreo controle da terra e da produção, a Coroa trouxe ainda a exigência das práticas cartoriais (reproduzindo estruturas sociais de hierarquização e mandonismo para com os seus representantes na colônia) como forma de manutenção da ordem estamental. Tais fatores seriam determinantes então para que, entranhados nas relações sociais de produção na forma de acumulação pré-capitalista, em pouco tempo a colônia tivesse uma estrutura de um clã familiar patriarcal, na qual dispunha-se um emaranhado de segmentos sociais subalternos. Cabia, portanto, à família, tomada como célula da sociedade, um papel central nas relações sociais, cuja composição mantinha não apenas ligados por laços de sangue, mas também

[11]Cabe esclarecer, com Araújo (2017, p. 2), que é no ato da troca/favor que ocorre a exteriorização "[...] da contradição entre valor de uso e valor, de tal maneira que o valor de troca se torna a manifestação do valor". Isso ocorre porque sendo o interesse do foreiro e a força de trabalho do capitão do mato as mercadorias a serem trocadas pelas benesses dos senhores da terra, temos que se trata de "um momento fundamental no processo de expansão do valor" (Idem, pp. 2-3).

um séquito de agregados, como vizinhos e filhos ilegítimos. A todos o patriarca mantinha sob sua proteção numa forma hierárquica análoga à corte, posto que aos olhos da sociedade em geral demonstrava seu poder, prestígio e indulgência. Dada essas condições, a família condicionava "seus membros a uma certa trama de relações aparentemente estáveis, permanentes e tradicionais, já que absorvia toda a vida social ao seu redor" (VIANNA, 2005, p. 99). De acordo com Samara (1991, p. 11) havia uma relação intricada e direta entre família, poder local e sociedade, sendo que o patriarca (ou o seu grupo parental) "cuidava dos negócios e tinha, por princípio, preservar a linhagem e a honra da família, exercendo sua autoridade sobre a mulher, filhos e demais dependentes sob a área de sua influência". A família colonial era, por conseguinte, a instituição que visava preencher as lacunas do Estado Português, principalmente nos primórdios da colonização

> Dada a sua importância, a vinculação a esses agrupamentos permitia uma maior participação política, social e econômica na ordem patriarcal. E, se por um lado, para estes indivíduos era necessário procurar a proteção de uma família, para o patriarca também era interessante a sua manutenção, pois, isso significava projeção política em uma sociedade em que o prestígio era medido pela quantidade de arcos que o seguiam (SAMARA, 1991, p. 13).

No hoje clássico *A revolução burguesa no Brasil* (2006), Florestan Fernandes observa que as mudanças nas relações sociais não ocorrem de súbito, mas sim nas agruras do próprio sistema, de forma a fazer nascer o novo, em meio as estruturas do velho. Na formação pré-capitalista brasileira sob domínio compartilhado dos senhores de engenho e dos jesuítas, a existência de indivíduos livres não constituía problema maior para a estrutura do clã comunal, posto que para sobreviverem aqueles indivíduos se submetiam, em regra, ao controle dos proprietários dos meios de produção. Embora sendo propriedade privada, a terra era o lócus da família e da produção coletiva. Dessa forma, sem conflitos significativos, o télos conservador fundado na propriedade, no controle sobre a produção e na família, análogo ao de Portugal, manteve-se íntegro como ideologia dominante no longo e quase exclusivo período do ciclo açucareiro. Entretanto, a despeito da aparente vitalidade das práticas e costumes conservadores dos esta-

mentos então dominantes, como o respeito à hierarquia do poder local, a troca de favores e a rede de solidariedade, o sistema colonial brasileiro já dava sinais de que mudanças vinham ocorrendo. Aos poucos os conflitos decorrentes de tudo aquilo que veio agregado ao ciclo do ouro, alteraria a forma e o conteúdo das relações sociais até então conhecidas. Nesse novo contexto histórico, as pressões sobre a propriedade e a produção levariam a que as elites promovessem de forma lenta, porém quantitativamente crescente, a mudança teleológica necessária à manutenção da sua hegemonia ideológica na colônia.

Diferentemente do que ocorrera na Europa, onde o conservadorismo resultou de uma tomada de consciência sobre práticas e reflexões acumuladas historicamente, no Brasil ele se estabeleceu como uma diretriz ou norma a ser seguida sem chance de serem estabelecidas as condições para apreende-lo e refleti-lo. A concentração da propriedade de grandes latifúndios nas mãos de pouquíssimas pessoas ou gerenciadas por prepostos da Coroa, davam uma "forma específica e harmoniosa às determinações mercantis da colonização" (FERLINI, 1991, p. 36). De todo modo, reconhecia-se que tal condição estrutural criara uma "forma política de exclusão da população livre da posse de terra e do controle do poder local e do direito de ter vínculos com o Estado, sedimentado a arraigada estrutura de privilégios" (Idem, id.). De fato, antes mesmo do fim do período colonial, uma combinação de fatores associando interesses ligados à Coroa e as elites brasileiras, em comum acordo com as camadas urbanas que haviam emergido socialmente ao longo do ciclo da mineração, levaria a um ajuste teleológico a fim de superarem os conflitos intermitentes[12].

O acordo se deve sobretudo pelo povoamento ostensivo da colônia com migrantes que traziam uma bagagem cultural muito superior aos habitantes locais, fator que imprimiria uma capilaridade intelectual até então desconhecida na colônia, posto que uma quantidade expressiva deles se formara pela razão iluminista, sendo ainda herdeiros da reforma protestante que abalara moralmente e dividira politicamente a Europa ao longo dos séculos XVI e XVIII. Adequando as práticas e costumes às crescentes pressões por mudanças, compartilhou-se parte do controle sobre a propriedade, deixando livre a produção para ser explorada

[12]Cabe o esclarecimento de que durante o ciclo da mineração um grande contingente de migrantes portugueses portadores de conhecimento técnico no ofício de metais e pedras preciosas, se estabeleceria no Brasil, vale dizer em parte incentivado pela própria Coroa, juntamente com massivos contingentes de comerciantes nômades do oriente médio. Calcula-se que entre o início do ciclo do ouro, cerca de 1685 e o seu apogeu, cerca de 1750, a população estabelecida no Brasil tenha saltado de 300 mil habitantes para mais de 3 milhões de pessoas. Ver PRADO Jr. (1973)

segundo a lei do *valor* (MARX, 2011). Dessa forma, a partir do plano estrutural, a diretriz ou norma do privilégio haveria de se consolidar como um télos a ser conservado e reproduzido quer como um valor moral no plano pessoal quer como uma ética no terreno das relações jurídicas. Adiante, já no Império, tais valores já haviam tomado a forma de uma corrente de pensamento e programa político. Adotando a centralidade do Rio de Janeiro como referência, Schwarz assim explica a situação:

> O Rio se tornara capital do Brasil desde 1763, e agora precisava exercer sua centralidade política e histórica. Além do mais, o estabelecimento necessitava confirmar sua origem palaciana, bem como justificar a composição do quadro de sócios, basicamente pertencentes às elites agrárias locais. Dessa maneira, nada mais adequado que a construção de uma história oficial que concretizasse o que, àquela altura, parecia artificial e, além do mais, recente; um Estado independente nas Américas, mas cujo projeto conservador levou à formação de um Império (regido por um monarca português) e não de uma República. Ademais, era preciso enaltecer um processo de emancipação que ia gerando muita desconfiança e conferir-lhe legitimidade. Afinal, diferentemente de seus vizinhos latino-americanos, o chefe de Estado no Brasil era um monarca, descendente direto de três casas reais europeias das mais tradicionais: os Bragança, os Bourbon e os Habsburgo. (2019, p. 14.)[13].

Embora a controvérsia sobre o surgimento prematuro de uma pequena burguesia no Brasil permaneça de certo modo viva, gostaríamos de considerar como válido o pressuposto de que um elevado número de famílias das camadas urbanas cuja ancestralidade comum remontava às mais antigas formas de uso da propriedade sob estatuto colonial nos ciclos de exploração mercantilista, seriam já em fins do século XVIII e início do século XIX, portadoras de uma forma de consciência conservadora. Um numeroso contingente de homens e mulheres pequeno burgueses arrendatários de pequenas propriedades, grileiros com ou sem consentimento legal, gente habilidosa no comércio e em oficinas de reparos,

[13]Sobre o assunto ver também, dentre outros, LESSA (2001); CUNHA (2005); PRIORE (2016); FERNANDES (2006) e FURTADO (2007).

alguns músicos e encenadores teatrais, ao mesmo tempo que haviam se tornado "*valor* existente por si mesmo, como capital" (MARX, 2011, p. 409), igualmente faziam do conservadorismo patriarcal, religioso e extremamente retrógrado um legado familiar. Assim, em que pese a ocorrência de uma mudança de *status* social daquele contingente de pessoas, a inexistência de fatores complementares não converteu em realidade o seu novo *status* (LUKÁCS, 2013). No caso aqui examinado, o *fator adicional* ou complementar inexistente seria, em meio ao processo de produção da época, a "síntese dos pores teleológicos singulares [...] como pontos de partida para cadeias causais singulares que se concentram no processo global" (Idem, id, pp.580-581). Ora, num Estado funcional para os interesses emergentes das classes dominantes, como o Brasil em meio às relações sociais ampliadas, na qual o tal contingente nacional numeroso disputava acirradamente *valores* (na mais ampla definição do termo) com um contingente igualmente numeroso de novos migrantes, parece-nos natural que as famílias oriundas do antigo regime colonial buscassem se fortalecer solidariamente se apegando ao passado.

De fato, vivendo um conflito ideológico próprio, no qual se veem colocadas entre a vigência natural de uma moral conservadora e retrógrada e a ameaça do Estado e do liberalismo *estrangeiro*, as camadas urbanas, ou uma pequena burguesia *enraizada* encontraria na endogenia dos seus costumes comuns, como o silêncio, o segredo e a fé religiosa, um refúgio estratégico e a força moral para enfrentar o outro (FERNANDES, 2006). Como pequenos burgueses *enraizados*, detinham uma condição singular na história do Brasil naquele momento, sendo que, de um modo se encontravam diante da necessidade de reconhecer as conquistas e o dinamismo do novo estatuto social sobre propriedade e a produção, de outro modo, sentiam-se na condição de herdeiros de um éthos tido por elas como especial, único e verdadeiro, e, nesse sentido, lutavam para conservar como universalmente válido concepções arcaicas no "*hic et nunc* social dos homens que agem socialmente em sociedade" (Idem, id, p. 465). Para Lukács

> Essa possibilidade universal de virar ideologia está ontologicamente baseada no fato de que o seu conteúdo [...] conserva dentro de si as marcas indeléveis de sua gênese. Se essas marcas eventualmente desvanecem a ponto de se tornarem imperceptíveis ou se continuam nitidamente visíveis é algo que depende

> de suas – possíveis – funções no processo dos conflitos sociais (Idem, idem, id).

Permitindo-nos projetar a perspectiva analítica de Lukács da confluência ideológica entre conservadorismo e violência no exame da particularidade disso no Brasil, podemos agora retomar o fio da narrativa deixada em aberto no início desta seção considerando, conclusivamente, a violência peculiar do conservadorismo retrógrado e reacionário entre nós.

No curso das transformações econômicas e sociais que tiveram início com a descoberta das jazidas no interior da colônia, não por acaso os foreiros ou seus herdeiros foram os migrantes que emergiram como a pequena burguesia *enraizada*, sobre a qual discorremos anteriormente. Nesse sentido, na medida mesma em que, face às novas condições da dinâmica das relações sociais, observamos que o conflito ideológico peculiar desse segmento nasceu de uma atitude particular de autoproteção do seu conservadorismo, podemos dizer agora que, dado a forma pronunciadamente reacionária de tal estranhamento, carregou ainda os piores instintos da sua particularidade, como o autoritarismo, a arrogância, a *esperteza* como *valor*. De modo a alimentar os pressupostos de que este artigo se serve, podemos acrescentar, por fim, que o abandono, a repressão, a brutalidade e a crueldade fazem parte dos muitos os fatores sócio-históricos que isolados ou misturados constituem a base objetiva dos discursos retrógrados e reacionários das camadas médias urbanas na atualidade.

Em 1932, portanto alguns anos da vigência do Estado Novo (1937-1946), o fenômeno chauvinista no Brasil adotou a cor verde e o lema "Deus, pátria e família" pela Ação Integralista Brasileira (AIB)[14]. Nacionalista, ultraconservadora, católica e anticomunista, a AIB cultivava algumas singularidades pitorescas despertadas pelo modernismo brasileiro uma década antes, tal como a saudação em tupi-guarani *Anauê*, mimetizando o gestual igualmente pitoresco do nazifascismo europeu da mão estendida para cima. Também mimetizavam a simbologia iconográfica obscurantista do nazifascismo, na medida em que adotavam o símbolo da letra grega *sigma* ao invés da suástica (CALDEIRA NETO, 2014). Sua estrutura vertical tinha uma burocracia que dava conta de funções para cada membro e sua liderança era formada por artistas e intelectuais medíocres, como o escritor Plínio Salgado e o jurista Miguel Reale. Defendiam a doutrina do Esta-

[14]Se trata do mesmo lema do partido político que está sendo criado, desde 2019, pelo atual presidente Jair Messias Bolsonaro.

do Integral, de corte sindical corporativista, tendo sido o mais destacado partido de massas de extrema direita, associando entre "500 a 800 mil camisas-verdes"[15] (CALDEIRA NETO, 2014, p. 15)[16], o que representa aproximadamente 3% da população à época. Vejamos o que diz o *Manifesto de 1932* no que se refere ao *Princípio da Autoridade* em consonância com os movimentos de extrema direita que dialogam com o mito da pátria.

> Uma Nação, para progredir em paz, para ver frutificar seus esforços, para lograr prestígio no Interior e no Exterior, precisa ter uma perfeita consciência do Princípio de Autoridade. Precisamos de Autoridade capaz de tomar iniciativas em benefício de todos e de cada um; capaz de evitar que os ricos, os poderosos, os estrangeiros, os grupos políticos exerçam influência nas decisões do governo, prejudicando os interesses fundamentais da Nação. Precisamos de hierarquia, de disciplina, sem o que só haverá desordem. Um governo que saia da livre vontade de todas as classes é representativo da Pátria: como tal deve ser auxiliado, respeitado, estimado e prestigiado. Nele deve repousar a confiança do povo. A ele devem ser facultados os meios de manter a justiça social, a harmonia de todas as classes, visando sempre os superiores interesses da coletividade brasileira. Hierarquia, confiança, ordem, paz, respeito, eis o de que precisamos no Brasil.[17]

Em que pese haver uma espécie de *identidade reflexa* da AIB em relação ao fascismo europeu, José Chasin (1978) nota que não haveria nos textos de Salgado e Reale, indícios de que o ideário integralista estivesse assentado em

[15]Segundo Censo do IBGE relativo à população, no ano de 1920, o Brasil tinha 30 milhões (30.635.605) de habitantes, conforme https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00.

[16]Cabe o esclarecimento da controvérsia existente entre pesquisadores sobre a identidade reflexa da AIB em relação ao fascismo europeu. Para José Chasin, não haveria nos textos de Salgado e Reale, indícios de que o ideário integralista estivesse assentado em bases fascistas. Sobre o assunto ver CHASIN, J. O integralismo de Plínio Salgado. Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

[17]Disponível em http://www.integralismo.org.br/?cont=825&ox=2. Acesso em 25 de novembro de 2019.

bases fascistas[18]. De acordo com o filósofo, a via colonial do capitalismo brasileiro denotava a constituição de uma sociedade na periferia do conjunto de Estados nacionais que, naquele momento, faziam surgir o modo de produção capitalista. O Brasil seria então, para Chasin, contribuinte para a consolidação do capitalismo, fato que associado à presença da escravidão, a economia ancorada no extrativismo primário, dentre outras mazelas ignominiosas, resultou no atrofiamento do capitalismo entre nós e, por conseguinte, na sua marginalidade no mercado mundial. Ainda assim, já no século XX, em meio ao avanço mundial do fordismo, o capitalismo brasileiro de via colonial receberia a tecnologia já superada nos países centrais, ocorrendo então a sua precária modernização. De acordo com Chasin, nesse quadro, deve-se apreender o integralismo como um movimento que tinha por horizonte uma modernização conservadora, chauvinista e religiosa. Nesse sentido, o messianismo adotado pelos integralistas no culto a uma liderança do Estado, e este, tido como um "espelho perfeito do homem, a própria ampliação do indivíduo humano" se apresentava como a utopia perfeita de um retorno ao passado idílico e glorioso, com harmonia social (ARAÚJO, 2020)[19].

> Uma utopia reacionária, regressiva, que projetava uma sociedade brasileira assentada em uma miríade de pequenas propriedades quase que exclusivamente rurais. Esse seria o mecanismo para frear os efeitos da crise da acumulação capitalista iniciada nos países centrais em 1929 e que atinge a economia brasileira, inexoravelmente, logo em seguida. Ao mesmo tempo bloquearia a democracia liberal e o comunismo, que eram as alternativas presentes no período.

Apesar de no início ter apoiado o golpe varguista que deu forma, em 1937, ao Estado Novo, a AIB e seu partido foram dissolvidos[20]. Entretanto, a despeito

[18]Sobre o assunto ver CHASIN, J. O integralismo de Plínio Salgado. Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
[19]Depoimento do professor Paulo Henrique Furtado Araújo (UFF) ao autor.
[20]Tentaram dar um golpe em Vargas e vários integrantes foram presos, e Salgado foi exilado em Portugal, quando só retornou em 1945, no Governo Dutra, quando fundou o PRP – Partido da Representação Popular, ambíguo em relação as pautas da AIB, mas que de certa forma, serviu de continuidade às suas ideias.

do seu fim institucional, o chauvinismo integralista se manteve ativo não apenas ideologicamente, mas também na prática partidária no interior da União Democrática Nacional (UDN) e no Partido da Representação Popular na sigla (PRP). Ressignificados, o culto à ordem e à pátria, a perseguição e a violência contra os adversários políticos, a propaganda anticomunista e a crítica ao liberalismo democrático, formavam o esteio sobre o qual os integralistas se mantiveram organizados, inclusive na participação da marcha ultraconservadora da *Família com Deus pela liberdade* antes do golpe de Estado de 1964. Mais adiante, já com a ditadura civil-militar instaurada, e o Ato Institucional n° 2 (AI-2) determinado o bipartidarismo, as lideranças políticas e os seguidores do integralismo ingressam nas fileiras da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação ao regime. Em 1968, com a doença do general presidente Costa e Silva, após a edição do Ato Institucional n° 5 (AI-5), uma Junta Militar composta dos comandantes das três forças armadas assume a governança do Estado, sendo que dos três integrantes da junta, dois eram integralistas[21]. Embora a ação como um todo do Integralismo não tenha sido majoritária, não podemos dizer também que foi algo periférico sem qualquer influência. Após a morte de Salgado, em 1975, já no governo do general presidente Ernesto Geisel, o movimento perdeu a unidade e fragmentou-se em quatro grupos neointegralistas que até hoje disputam o espólio do movimento. (CALDEIRA NETO, 2014) [22].

No Brasil, embora os setores ultraconservadores não possam ser caracterizados cientificamente como parte de um organismo fascista, o fato de dialogarem em alguma medida com as práticas fascistas pautadas por um pragmatismo radical que vai às últimas consequências, os aproxima diligentemente das organizações fascistas que existiram na Europa (KONDER, 2009). Sem sobra de dúvida, entre as décadas de 1960 e 1980, portanto, ao longo de todo a ditadura do regime civil-militar, milícias paramilitares como as do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), acobertadas por oficiais militares das forças armadas e dos órgãos civis de repressão, causaram o terror na sociedade intimidando os adversários políticos do regime invadindo teatros, espancando artistas e plateia, colocando bombas em shows de música, emboscando e assassinando militantes comunistas. Apesar de rarearem, as ações violentas de ultrarradicais conserva-

[21]Brigadeiro Márcio de Melo e Souza e Almirante Augusto Rademaker.
[22]São eles a Ação Integralista Brasileira; a Frente Integralista Brasileira; o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B) e uma ala mais radical, representada pela Ação Integralista Revolucionária.

dores marginais, estas não deixaram de ser menos ostensivas do ponto de vista propagandístico na vida social do país. Dos uniformes negros das forças de segurança com a caveira sendo trespassada por uma espada numa imitação dos uniformes modelados por Hugo Boss para a SS nazista, passando por filmes e seriados apologéticos da violência contra o pobre, como *Tropa de elite I e II*, de José Padilha (2007; 2010) às ações espetacularmente violentas das suas investidas contra moradores de comunidades pobres e favelas, o ultraconservadorismo radical ganhou foro jurídico e *status* entre os diferentes setores conservadores da sociedade. De fato, analisando um fato ocorrido em 2010 na cidade do Rio de Janeiro, Reis assim comenta:

> El día 28 de noviembre de 2010, un viernes, desde muy temprano, diversas estaciones de radio de la ciudad comenzaron a divulgar los primeros boletines informativos sobre la ocupación del *Complexo do Alemão* por la policía de Río Janeiro, apoyada por las fuerzas armadas brasileñas. A partir de las siete de la mañana, ya con el día claro, las principales emisoras de TV abierta y de cable de Brasil comenzaron a transmitir en vivo las operaciones policiales. Los portales de noticias y las redes sociales en internet acompañaban el evento actualizando cada media hora las informaciones. Con *links* en los portales de la prensa extranjera, el evento alcanzaba una dimensión internacional. Al día siguiente, la invasión del *Complexo* ocuparía las páginas principales de los periódicos impresos, habiendo registrado el portal *YouTube* más de un millón de accesos a las imágenes de las prisiones y de los bandidos en fuga. Durante las semanas siguientes, la totalidad de los medios de comunicación nacionales repetiría hasta el cansancio para todo el país los comentarios de especialistas en seguridad pública y las entrevistas con policías y pobladores (2014, p. 269).

Ainda no terreno da propaganda da ultradireita, a ocupação sistemática das redes sociais por militantes conservadores ou auto declaradamente *integralistas* e/ou *fascistas*, tem sido ampliada formando o tecido ideal para a formação de uma consciência fascista. Tem-se desde o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro defendendo a tortura e torturadores, passando por astrólogos como

Carvalho, médicos ultraconservadores e chauvinistas como Enéas Carneiro do Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA)[23], além de uma variada galeria de bancadas congressuais conservadoras formadas por militares, policiais militares e civis, profissionais liberais, educadores, pequenos empresários, prepostos de grandes indústrias, de empresas comerciais, de seguradoras de saúde e do agronegócio, até dirigentes religiosos e de crenças. Quanto a estes últimos, cabe uma palavra mais específica sobre o papel estratégico das seitas e crenças em razão da tradição moral, cultural e religiosa no Brasil.

Em meados da década de 1970, quando os religiosos da Teologia da Libertação estiveram à frente da ala progressista da Igreja Católica nas Comunidades Eclesiais de Base no interior do país, nas favelas e na periferia das cidades organizavam a resistência contra a ditadura civil-militar, surgiram as primeiras seitas evangélicas reunidas em pequenos templos nas mesmas regiões. Contrariamente às CEBs, traziam a palavra da bíblia associada à prosperidade familiar e pessoal. A princípio as próprias organizações protestantes tradicionais, como os evangélicos[24], os adventistas e os metodistas viram o fenômeno com desconfiança e descrédito. Entretanto, passadas duas décadas e meia, o chamado neopentecostalismo, tendo à frente teólogos ultraconservadores, assume uma posição proeminente na vida social, econômica e política do país. Para Cortês, a Igreja Universal, do empresário Edir Macedo, é um exemplo genérico da "emergência de uma nova configuração societária nas periferias das grandes cidades", dado que

> [...] a estabilidade do emprego fordista cedeu lugar ao desemprego ou ao subemprego precário; o mundo do crime tornou-se uma alternativa sedutora para jovens que viram suas perspecti-

[23]Com apenas meros 15 segundos de propaganda na TV e no rádio, Carneiro obteve, em 2002, a segunda maior votação para o Congresso, sendo eleito deputado federal com 1 milhão e 500mil votos.

[24] Cabe ponderar que o segmento evangélico não é um grupo homogêneo, e é um erro fazer uma generalização de forma a considerar os seus membros automaticamente como conservadores, contra à teologia da libertação. Como visto na Tese de Raquel S'antana defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a origem dos segmentos evangélicos remontan a década de 30, e "é importante notar que as associações paraeclesiásticas tiveram uma expansão destacada entre os jovens nessa primeira metade do século XX, em especial, a partir dos anos 1930. Em alguns casos, isso significou um conflito em relação às gerações mais antigas. O abismo entre setores dessa juventude inspirados por movimentos sociais de esquerda e uma geração de lideres consolidados em uma cúpula de organizações interdenominacionais chegou a seu grau máximo com o golpe de 1964". (S'ANTANA, 2017, 46).

> vas de futuro fraturadas; os setores progressistas da Igreja Católica saíram de cena ao passo que proliferaram igrejas pentecostais que prometiam a libertação do mal por meio da expulsão de demônios e a conquista da prosperidade (2018, p. 32).

E ainda:

> Um mercado de pregações e testemunhos, em que o passado mundano de pregadores itinerantes é vendido como mercadoria simbólica – o sofrimento torna-se valor agregado em uma espécie de capitalismo religioso altamente competente. A partir da década de 2010, a Igreja Universal do Reino de Deus, uma das principais denominações da corrente neopentecostal, passa a instituir um novo agenciamento da subjetividade de seus fieis: não se trata apenas de resolver de forma pontual um demanda aguda de uma população flutuante, mas de praticar uma "fé racional" – estabelecer uma nova relação de si para consigo, que implica racionalizar a vida cotidiana, cumprir desafios, estabelecer metas, trabalhar para a criação de si próprio como um capital humano que deve ser sistemática e infinitamente valorizável. (2018, p. 35).

Finalmente, Cortês avalia que a modulação da subjetividade trazida para o cotidiano da população, tornou análogos o mundo da casa e o mundo corporativo, na medida em que

> [...] todas as ações são meios de produção para a valorização permanente do capital de si mesmo. Se, por princípio, pode parecer contraditório que no Brasil uma pauta conservadora se combine como uma agenda neoliberal, o mecanismo de subjetivação da Universal resolve a aparente contradição: afirmar valores tradicionais e revitalizar velhos papéis sociais do que significa ser homem ou mulher, ou seja, ser conservador, ou melhor, tornar-se de forma mais eficaz um "bom conservador". (2018, p. 35)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda hoje a escassa literatura sobre o conservadorismo e a ascensão da extrema direita no Brasil e na América Latina, torna arriscado construir hipóteses que indiquem uma ou mais possibilidades conclusivas sobre o tema aqui abordado. De todo modo, nosso esforço até aqui será no sentido de buscar identificar elementos que nos permitam aprofundar o estudo crítico proposto sobre os discursos conservadores e/ou fascistas na sociedade brasileira. Portanto, parafraseando Boris Fausto (2007), nos cabe muito mais perguntar do que responder sobre tal assunto.

Decerto que os pressupostos até aqui desenhados sobre a experiência histórica brasileira nos permitem admitir a existência efetiva de um pensamento conservador em geral, com sua multiplicidade de visões mediadoras. Podemos admitir ainda que a visão mediadora dominante é a que se aplica a uma *modernização conservadora,* um híbrido equilibrado do conservadorismo liberal na economia e do tradicional na moral e nos costumes. Por fim, admitimos também que tal visão híbrida dominante se encontra entranhada no senso comum das classes médias e das massas populares, produzida e reproduzida, ao mesmo tempo em que se reproduz na política, na ciência, na cultura, na indústria cultural, isto é, em todas as instâncias da vida social brasileira.

De um ponto de vista estratégico, os 21 anos de governança acumulados distintamente pelos governos do liberal Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB, 8 anos) e do centro-esquerda Partido dos Trabalhadores (PT, 13 anos), acabaram por corroer o equilíbrio dessa visão dominante, motivo pelo qual o conservadorismo tradicional tenha ampliado o seu espaço na sociedade. A inflexão no interior desse equilíbrio se mostrou primeiramente presente nas jornadas de junho de 2013, se acentuando com a recondução do Partido dos Trabalhadores ao governo na eleição presidencial de 2014, e se consolidando com o golpe de 2016 com a posse do vice-presidente Michel Temer, um obscuro advogado trabalhista e político do partido de centro-direita Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Importante assinalar que o revés da centro-esquerda se deveu, sobretudo, à confluência da tática dos conservadores liberais às teses radicais dos conservadores tradicionalistas durante todo o processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Roussef. Ainda a propósito da questão estratégica que resultou no redimensionamento do equilíbrio do conservadorismo híbrido entre nós, é importante ressaltar o papel das forças de segurança estaduais num con-

texto de mais de vinte anos de crescimento acelerado de organizações e facções criminosas[25]. Olhados historicamente com desconfiança pela sociedade em geral, especialmente pela população mais pobre, as corporações das polícias militares passaram a sofrer baixas pela adesão de uma significativa parte dos seus componentes, entre soldados e oficiais, a facções de milicianos vendendo dentre outras mercadorias, segurança patrimonial e pessoas, gás doméstico, sinal de TV e Internet etc. Assim incluídas no contexto da violência criminosa, as facções de milicianos se associariam a vereadores, deputados estaduais e federais, senadores, governadores e mesmo à presidência da república, seja como linha auxiliar na busca de votos seja para manter a fidelidade dos eleitores depois do candidato eleito. Como parte da população mais pobre, a visão de mundo desses policiais militares segue o que o senso comum conservador tradicionalista formula.

É verdade que todos esses fatores relacionados que caracterizam o novo *despertar* do ultraconservadorismo no Brasil não se sustentam sozinhos, todavia quando elevados ao nível de combustível político e jogado sobre a crise de hegemonia brasileira decorrente da crise estrutural, e que tinha uma coalização de centro-esquerda que vivia no governo federal a sua pior crise econômica, a tendência não seria outra se não ocorrer como foi a eleição de Jair Messias Bolsonaro. Retomando e atualizando as práticas propagandísticas dos fascistas europeus nos anos 1920-1940, a ultradireita brasileira organizou nas redes sociais ataques coordenados e múltiplos, divulgando falsas verdades e notícias com versões incompletas ou simplesmente falsas sobre políticos, artistas, intelectuais, situações que tomavam como *adversárias* das suas ideias[26]. Somava-se a isso a agitação chauvinista de rua com os manifestantes vestidos de verde e amarelo e portando a bandeira nacional, panelaços diários, e a criação de inúmeros grupos

[25]Compostas, por um lado, de traficantes de armas e de entorpecentes, as narcomilícias, e, de outro, de policiais civis e militares, na ativa ou não, milícias paramilitares que remontam desde à época da ditadura civil-militar, extorquindo moradores das comunidades e favelas urbanas e da periferia. Facções dessas organizações com presença nacional, atuam na política municipal, estadual e federal, compondo as chamadas bancadas da bala, em associação com famílias de políticos como a de Jair Messias Bolsonaro.

[26]Dentre outros casos mais conhecidos diziam que as escolas públicas estavam oferecendo mamadeira de piroca para as crianças.

de pressão ligados à grande mídia[27]. Muitos autores consideram que as jornadas de 2013 foram um balão de ensaio para o ultraconservadorismo de direita abrir o caminho *contra tudo o que está aí,* e para a extrema direita contestar a política feita pelos civis, as instituições legislativas e jurídicas republicanas. Em verdade, pelo menos até o momento, as jornadas foram um processo social difuso em meio à crise institucional da democracia representativa no Brasil, um claro descompasso entre representantes e representados.

Para concluir e reforçar ainda mais todo este contexto conservador e de atraso mesmo, - e que por falta de espaço, não temos como aprofundar aqui -, no campo educacional, do qual pouco tivemos a dizer, temos o surgimento, em 2004, do Movimento Escola sem Partido (MESP) com a proposta dentre outras mais, de controlar a ação docente em sala de aula. Uma iniciativa retrógrada, reacionária mesmo, mas, sobretudo, intelectualmente confusa, chegando a desmerecer, antes de tudo, outras iniciativas conservadoras que surgiram ao longo da história e da cultura no Brasil, definitivamente, um país que teima em acertar as contas com seu passado.

RECEBIDO em 21/03/2023
APROVADO em 18/05/2023

[27]Dentre os muitos agrupamentos ultraconservadores surgidos na época, o chamado Movimento Brasil Livre (MBL) talvez seja o mais representativo deles. Para Santos Neto, eles "defendem uma política nacionalista, repressora e militarista contra aqueles que não comungam da mesma ideologia, apregoam uma política de austeridade fiscal, de privatizações, livre comércio e de redução do Estado nos benefícios sociais. Pode-se perceber que há um misto de ideologias nesse novo levante da direita brasileira, assim como um acordo pouco comum entre a tradicional direita e a extrema-direita nacional. (2017, p. 129)

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P. H. F. Notas críticas à compreensão de Lênin sobre o Estado: revisitando O Estado e a Revolução. **Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica e 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Niterói: UFF/ABPHE, 2017.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; GIANFANCO, G. **Dicionário de política**. v.1. Brasília: Editora UNB, 2000.

BOITO JR., A. *O neofascismo no Brasil*. **Brasil de Fato**. Janeiro. 2019. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/01/10/artigo-or-a-questao-do-fascismo-no-governo-bolsonaro. Acesso em: 10/07/2019.

BRAY, M. Cinco Lições de História para Antifascistas. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza. In **Revista SERROTE**. Número 27. Editora IMS. Rio de Janeiro: 2017.

BURKE, E. **Reflexões sobre a Revolução na França**. Campinas, SP: Vide editorial. 2017.

CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado. Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio**. São Paulo: Ciências Humanas. 1978.

CONSTANT, B. **Princípios de política Aplicáveis a todos os governos.** Rio de Janeiro: TOPBOOKS. 2007.

CORTÊS, M. O dispositivo pentecostal e a agência dos governados. In **Revista Em Debate**, *Belo Horizonte*, UFMG. v.10, n.1, p.31-38, abril 2018.

COUTINHO, C. N. "Prefácio". In: ERCORSIN NETTO, L. **O conservadorismo clássico. Elementos de caracterização e crítica**. Kindle. São Paulo: Cortez. 2013.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília – DF: FLACSO, 2005

DANTAS, D. F. **História e Consciência de Classe.** Lukács e uma Abordagem Dialética do Partido Para Além do Proletariado. (Tese de Doutorado em Educação). Niterói: UFF, 2020.

ERCORSIN NETTO, L. **O conservadorismo clássico**. **Elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez. 2013.

FAUSTO, B. **História Geral da Civilização Brasileira**. **Sociedade e Política (1930 -1964)**. Tomo III – O Brasil Republicano. Volume 10. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FERLINI, V. L. A. Perspectivas de Pesquisas de critérios de organização empresarial e de mentalidades econômicas no Período Colonial. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol.11, nº 22. Março/ agosto. 1991.

FERNANDES, F. **A revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** São Paulo: Globo, 2006.

FURTADO, C. **A formação econômica do Brasil**. 34º edição. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

KONDER, L. **Introdução ao fascismo.** São Paulo: Expressão Popular. 2009.

LESSA, C. *Rio de todos brasis*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LUKÁCS, G. **El asalto a la razón. La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler**. México, DF: 1968.

_____. Anotações sobre o materialismo burguês. In **Revista Crítica Marxista**, n. 31. (São Paulo: Unicamp, 2010). Pág.133-138. Escrito por Lukács em 1922.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013. Tradução: Nélio Schneider.

MARX, K. **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo, 2011. Tradução: Mario Duayer.

_____. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. 4º edição. São Paulo. Centauro. 2006.

NETO; O. C. **Sob o Signo do Sigma. Integralismo, Neointegralismo e o Antissemitismo**. Maringá: EDUEM. 2014.

PRIORE, M. **Histórias da gente brasileira**. São Paulo: Leya, 2016.

REIS, R. R. "La violencia como mercancía". In REIS, R. R. et al. **Tiempos violentos. Barbarie y decadencia civilizatoria.** Buenos Aires: Herramienta, 2014.

SAMARA, E. M. "Patriarcalismo, família e poder na sociedade brasileira (séculos XVI-XIX) ". In **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol.11, nº 22. Março/ agosto. 1991.

SANTOS NETO; A. B. Estado, política, educação e a doutrina ideológica da "Nova" Direita no Brasil. In **As políticas educacionais no contexto dos limites absolutos do Estado e do capital em crise**. Maceió: Coletivo Veredas, 2007.

THALHEIMER, A. ***Sobre o fascismo***. **Coleção Marxismo Militante**. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer CVM. 2009.

VIANNA, O. ***Populações meridionais do Brasil***. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 2005.

Outras fontes

ARAÚJO, Paulo. Depoimento de Paulo Henrique Furtado de Araújo concedido ao autor em 07/2020.

Escola sem partido, 2018. Disponível em: <http://escolasempartido.org/quem-somos>. Acesso em: 20/04/2018.

Integralismo, 2019. Disponível em http://www.integralismo.org.br/?cont=825&ox=2 acesso em 25 de novembro de 2019.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2020. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00. acesso em: 12/09/2020.